

SOARES A «JORNAL DO BRASIL» «PORTUGAL QUER SER A PORTA DE ENTRADA DO BRASIL NA EUROPA»

«PORTUGAL quer ser a porta de entrada do Brasil na Europa», afirmou o Primeiro-Ministro português, Mário Soares, em declarações divulgadas domingo pelo «Jornal do Brasil».

O chefe do Governo português revelou ao «Jornal do Brasil», que nas conversações que manterá com o presidente brasileiro, general Ernesto Geisel, em Dezembro, em Brasília, insistirá na formulação de acordos concretos que garantam aos dois países uma cooperação mais ampla, abrangendo novos investimentos económicos, convénios culturais e tecnológicos e o problema dos retornados de Angola.

Referindo-se aos objectivos que espera alcançar com a sua visita ao Brasil, Mário Soares afirmou:

«Os objectivos são fundamentalmente estreitar as relações entre o Brasil e Portugal. Essas relações têm substractos excelentes, mas estavam um pouco prejudicadas na medida em que têm havido muitas manifestações retóricas, muitas efusões sentimentais, mas no domínio das realidades concretas vai-se alcançando aos poucos a cooperação luso-brasileira. E nesse sentido, portanto, que eu penso que a minha visita poderá ser útil no propósito de aumentar a cooperação com o Brasil em todos os campos: político, económico, social e cultural.»

A pergunta sobre o que vai Portugal propor ao Brasil para dar um sentido mais eficiente ao intercâmbio luso-brasileiro; o Primeiro-Ministro português respondeu: Eu penso montar uma agenda bastante bem trabalhada e preparada por via diplomática e, portanto, chegar à formulação, à discussão, digamos, e à realização de alguns acordos em concreto. Eu penso que será possível que desta visita saiam resultados ou imediatamente, ou a prazo, de facto no nível cultural ou no nível económico que possamos concretizar.

No plano económico, e a propósito das ofertas de novos investimentos que Portugal tem para o Brasil, Mário Soares salientou que já há bastante capital brasileiro em Portugal e bastante capital português no Brasil. Podemos desenvolver essas correntes. Depois podem suceder acordos tecnológicos. E como nós estamos a caminho da intervenção no Mercado Comum Europeu, este facto pode ainda mais valorizar a posição e o interesse do Brasil em estreitar as relações económicas com Portugal. Portugal quer ser a porta de entrada do Brasil na Europa.

Angola deve ser independente

Interrogado sobre se Portugal também vê na presença soviético-cubana em Angola ameaça para a paz na rota do Atlântico Sul, Soares respondeu: A posição de Portugal é a de não interferir nos negócios internos dos outros países. Naturalmente acho que Angola deve ser um país independente e que depois de tantos anos de denominação portuguesa o povo angolano não deve ser dominado por outros povos. Portugal até passou, ao decidir a independência de Angola, por um período difícil nas suas relações com este novo país de expressão portuguesa em África. Mas, neste momento, existe um grande esforço de parte a parte para normalizar as relações entre os dois países. E estou certo de que isso vai ser conseguido através da troca de embaixadores.

No Brasil o seu nome tem sido associado a um projecto de partido político à moda social-democrata europeia. Isso é correcto? — perguntou o repórter de «O Jornal do Brasil», ao que Mário Soares respondeu: Diria que o Partido Socialista Português é eu próprio somos partidários do socialismo democrático. Este socialismo democrático aggrupou-se na Internacional Socialista. Nesta Internacional Socialista há correntes social-democratas e correntes socialistas e trabalhistas. Todos pertencem à mesma família, isto é, têm o desejo de transformação das sociedades no sentido de uma maior justiça social e da igualdade, mas esta transformação é feita no respeito pelas liberdades, pela democracia como

instituição e pelos direitos de pessoa humana. É nessa corrente que se filia o projecto do Partido Socialista Português.

Retornados

Quanto aos projectos do Governo para reabsorver os milhares de retornados das ex-colónias? Soares afirmou:

«N verdade uma grande parte dos retornados das antigas colónias está a ser reabsorvida e o certo é que qualquer estrangeiro que passava pela nossa fronteira não tem habitação e que não trabalho. Existem defacto, situações graves de desemprego, mas o Governo tem feito um grande esforço no sentido de conseguir casa para os deslocados, e de lhes dar um subsídio, que representa um encargo muito pesado para o orçamento do Estado. Entretanto, conta com a iniciativa dos retornados que deverá ser um factor positivo para o desenvolvimento da riqueza e da economia nacionais. Mas, dada a pressão que existe no mercado de trabalho e dado o facto de não ser possível multiplicar de um dia para o outro novos postos de trabalho, o Governo encara a possibilidade de encorajar a emigração, particularmente a emigração qualificada de certos retornados para outros países, nomeadamente o Brasil.»

Soares referiu ainda que embora não estejam ainda organizados os «tensos das discussões», que possa vir a ter no Brasil, «do meu lado haverá intenção, naturalmente, de colocar este problema».

«Pides»

Sobre os «pides»: se eles não eram tão mass quanto se pensava antes, o que havia contra eles era só propaganda? — perguntou o repórter de «O Jornal do Brasil».

«O que interessa salientar — respondeu Soares — é que a Pide era uma organização terrorista e tenebrosa que assassinou milhares de portugueses. Evidentemente que os agentes dessa corporação, só pelo facto de serem agentes dessa corporação, são passíveis de responsabilização criminal. Não se trata, portanto, de propaganda quando se diz que existiram em Portugal campos de concentração e quando se revelaram casos tão graves como o assassinato do general Humberto Delgado.»

«Sobre as relações do P. S. com a extrema-esquerda, e posto perante a questão de serem essas as organizações que recentemente o presidente Eanes disse serem clandestinas e não servirem para nada, Soares afirmou:

«A verdade é que nesta pergunta parte-se de um pressuposto que não é exacto. O que houve foi que, em certo momento, no mais aceso da nossa luta contra o Partido Comunista, quando o Partido Comunista quis, no Verão de 75, tomar o poder absoluto em Portugal, alguns partidos maioistas que se opunham a esse projecto do Partido Comunista integraram-se em certas manifestações do Partido Socialista e disseram apoiar o Partido Socialista. O P. S. liderou todo o movimento de massas desencadeado em Portugal contra uma tentativa de dominação comunista neste País. Mas, nunca houve nenhum contacto do tipo orgânico entre o Partido Socialista e os extremistas tipo maioista ou outros.»

Nacionalizações

E o regresso dos bancos à iniciativa particular, como e em que prazo se dará? A devolução das terras seguir-se-á a que? — perguntou o repórter de «O Jornal do Brasil».

«Consideramos — afirmou Mário Soares — que essa política de nacionalizações é irreversível. Mas existem bancos em Portugal que são ainda, que pertencem à iniciativa privada, como por exemplo o Banco do Brasil, que actua em Portugal. Não se trata de fazer uma devolução dos bancos, trata-se de, em relação a todas as empresas nacionalizadas, estabelecer um princípio de indemnização que será discutido na Assembleia da República na oportunidade que for julgada conveniente.»

Referindo-se àquilo que o repórter intitulou de «sangria do dinheiro público causada pela estatização dos jornais», e interrogado sobre as medidas que pensa tomar, o Primeiro-Ministro português afirmou pretender-se uma reestruturação de toda a imprensa estatizada porque a filosofia política do Governo é contrária à estatização da imprensa e esse plano de reestruturação da imprensa estatizada foi referido com um certo desenvolvimento há pouco tempo pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre.

«Ocupação dos jornais»

No caso da ocupação dos jornais, o Partido Socialista está a fazer o que condenava antes no Partido Comunista — perguntou «O Jornal do Brasil».

«É evidente que não — disse Mário Soares — visto que o Partido Socialista é um partido pluralista e que acima de tudo defende a liberdade em primeiro lugar. O P. S. não tem nenhuma ambição de ocupar jornais, não os ocupou. Mas se você verificar os jornais, constatará que tanto os de Lisboa como os do Porto representam sectores muito diferenciados de opinião. Da mesma maneira, através de outros meios de comunicação social, como a Rádio e a Televisão, a política do Governo — foi essa garantia dada por mim na Assembleia da República — é de que todas as correntes de opinião portuguesa terão expressão nos meios de comunicação social como a Televisão e a Rádio, embora proporcionalmente, como é natural, à sua própria influência nacional.»

Até que ponto se pode falar em unidade dentro do Partido Socialista? As divergências existentes comprometem o seu programa de Governo?

A esta pergunta, Soares respondeu: «Pode-se falar de unidade e eu penso que o congresso socialista que se realiza agora será um congresso de unidade. Evidentemente que dentro do P. S., que é um partido plural, existem sensibilidades distintas: muitas vezes existem divergências de opinião mas procura-se chegar sempre a um compromisso, procura-se acentuar as linhas de convergência porque todos pensamos que a unidade do Partido Socialista é o elemento chave para a sua actuação no cenário político nacional.»

Intersindical

A concluir a série de questões, o repórter brasileiro perguntou:

A extinção da Intersindical e parte do pacto de progresso com os trabalhadores? Atende, por exemplo, a uma proposição de suporte económico para uma política de esquerda? Portugal continua a viver acima dos seus meios?

«Primeiro — respondeu Mário Soares — não se extinguiu a Intersindical. O que se fez foi revogar um decreto que declarava a Intersindical como a central sindical única dos trabalhadores. A Intersindical existe, é uma confederação de influência comunista. Os socialistas consideram que se deve lutar por uma unidade sindical mas que os sindicatos devam ter uma independência dos partidos políticos e do Governo quanto aos suportes económicos para a política de esquerda. Entendo o suporte económico da parte dos trabalhadores, penso que ele é necessário e por isso nós estamos a apelar directamente para os trabalhadores sabendo muito bem que algumas direcções sindicais de influência comunista são perfeitamente contrárias ao Governo. Mas a verdade é que a situação económica do País, que é hoje conhecida, é tão difícil, que o bom senso dos trabalhadores portugueses os leva a compreender que a política de restrição e de austeridade que o Governo preconiza é a única para defender Portugal.»

FREITAS DO AMARAL NO ENCONTRO DO C. D. S.

«RECORDO-VOS que em dezoito meses passámos da grande dificuldade em arranjar 250 candidatos à Assembleia Constituinte para a grande facilidade de encontrar mais de 30 mil para as autarquias locais. Pergunto-vos se precisais de saber mais alguma coisa para acreditar num grande triunfo», assim concluiu o seu discurso, na sessão de encerramento do encontro de candidatos centristas às presidências das câmaras municipais, Freitas do Amaral, presidente da Comissão Política do C. D. S.

As jornadas, que decorreram numa estalagem da Via Norte (Leça do Balio), em cujas reuniões tomou parte a Comissão Política do C. D. S., tiveram por palavras de ordem a «descentralização administrativa» e por título das conclusões a luta por uma «democracia social avançada». Esta expressão, aliás, foi acentuada no congresso do P. S. No entanto, Freitas do Amaral defenderia a sua paternidade:

«A fórmula «democracia social avançada» foi preconizada pelo C. D. S. no seu manifesto eleitoral de 1975. Não estamos nada preocupados com o facto de o P. S. a ter adoptado, revelando falta de imaginação, certo fracasso ideológico e atraso no reconhecimento da verdade.»

O presidente, numa breve nota introdutória, considerou que o «C. D. S. está a caminho, se já o não é, de transformar-se no partido mais bem organizado, eficiente e com maior diálogo interno do País». O seu discurso poder-se-á sintetizar em três capítulos: apologia da descentralização, denúncia do que considerou «tomada de assalto às Câmaras, após o 25 de Abril» e o «uso de armas ilegítimas do P. S. na propaganda eleitoral».

A propósito da descentralização, sublinhou:

«O C. D. S. foi, e será-o cada vez mais, um partido enamorado da descentralização: de Lisboa, a favor do resto do País e do Estado, com benefício para as autarquias locais. A descentralização é o autogoverno dos povos nas suas comunidades urbanas e rurais, a transferência do poder local para as mãos dos que o povo, mediante eleições livres, quiser encarregar das suas aspirações, desejos e necessidades.»

«Genuína descentralização»

Freitas do Amaral resumiu ainda, segundo a sua óptica, a vivência das autarquias locais pós-25 de Abril:

«As Câmaras foram tomadas de assalto pelo Partido Comunista através do seu principal esquadrão de cavalaria — o M. D. P./C. D. E. Mesmo quando alguns conceitos se evoluíram, posteriormente, para fórmulas de coligação municipal, mais próximas da vontade popular, as comissões administrativas foram sempre nomeadas e exoneradas, como se de repartições públicas se tratasse, pelo poder central.»

Depois de observar que os Municípios e freguesias não deverão ser sucursais do Terreiro do Paço, sustentou que o «C. D. S. é o único partido em condições de promover uma genuína descentralização»:

«Ninguém mais do que nós se bateu pela regionalização e descentralização. Lutamos pela alteração à Lei das Autarquias, novo instrumento centralizador do Governo socialista. Propusemos uma nova organização, autónoma e eficaz para as grandes cidades.»

«Chantagem»

O presidente observou que o poder local não se decreta, pratica-se. E que os representantes das populações devem afastar atitudes de subserviência em relação ao Governo central.

Análise historicamente o municipalismo, os casos em que os municípios «bateram o pé ao rei», concluiu: «Não são os Municípios que precisam do Estado, que, entretanto, se tenha procurado revestir de uma fachada democrática.»

Entretanto, rotulou de «chantagem» determinada propaganda de «elementos do P. S.» que argumentam que as autarquias administradas por socialistas obtêm mais facilmente do Governo licenças, aprovação de projectos e a concessão de comparticipações financeiras:

«O C. D. S. declara publicamente que não consentirá, de modo algum, que afirmações desse tipo, classificáveis como pura e simplesmente desonestas, sejam propagadas. Isto não é um argumento, mas uma chantagem. E como não há fumo sem fogo, o C. D. S. propõe-se apresentar, por intermédio do seu grupo parlamentar, um projecto-lei destinado a instituir novas modalidades de controlo de acção governativa na parte referente às autarquias locais.»

Associação de dirigentes

Os candidatos centristas às presidências das Câmaras aprovaram nove conclusões, que sintetizaremos:

SOUSA E CASTRO REGRESSA DE LONDRES Estudar relações com órgãos de informação

REGRESSOU ontem de Londres, onde permaneceu dez dias e conviveu do adido militar da Embaixada britânica em Lisboa, o conselheiro da Revolução, capitão Sousa e Castro.

«Nesta visita, que não foi de índole oficial, aproveitou para tomar contacto com alguns departamentos governamentais, sobretudo no que diz respeito à organização das relações públicas, dado ter no C. R. a função de porta-voz e, portanto, necessitar de conhecer mais um pouco do que aquilo que até agora conhecia no que concerne às relações com os órgãos de informação — especificamente Sousa e Castro, dando conta aos jornalistas e ao aguardavam no Aeroporto da Portela dos objectivos da sua estada na capital britânica.

Pormenorizando o programa da visita ontem concluída, Sousa e Castro adiantou:

«Dentro do campo de interesse que me levou à Inglaterra,

Instado a pronunciar-se sobre a prisão do major Otelo Saraiva de Carvalho, o capitão Sousa e Castro, que já se encontrava fora de Lisboa quando aquela ocorreu, limitou-se a afirmar:

«Tanto quanto eu sei das notícias que corriam em Londres, e aliás não foi dado grande relevo à prisão do major Otelo, ele foi punido por ter infringido os regulamentos militares. Portanto não tenho qualquer comentário a fazer a esse respeito, dado que qualquer militar que infrinja o regulamento, sujeito-se, naturalmente, a um punido.»

O conselheiro da Revolução foi ainda convidado a comentar um artigo vindo a público recentemente, num semanário da capital, segundo o qual Sousa e Castro teria ido a Londres estabelecer contactos «relacionados com a suposta existência ou, pelo menos, formação de um subgrupo de militares da pessoa de Melo Antunes». Disse, a propósito:

«De facto disseram-me em Londres que um jornal aventou a hipótese de eu ter ido a Inglaterra com o citado objectivo. Devo dizer que isso me honra imenso, dado que parece reconhecerem que eu seria capaz de cumprir uma tarefa desse tipo. Mas lamento desiludir as pessoas que acreditam no tal artigo, pois eu fui, de facto, numa viagem não oficial, mais com carácter particular do que propriamente incumbido de qualquer missão.»

"PODER LOCAL NÃO SE DECRETA PRÁTICA-SE"

«As próximas eleições servirão para as populações conquistarem a descentralização, que o Governo, socialista e centralizador, até agora se tem furtado a reconhecer.»

«O método de formação das Câmaras Municipais, imposto unilateralmente pelo Governo minoritário socialista, com o apoio do P.C., é um atentado à eficácia da gestão dos Municípios.»

«As listas sob a capa do Povo Unido mais não pretendem que permitam ao P.C.P. cavar maiores divisões entre os portugueses e relançar a opressão gonzalvista no País.»

«Robustecendo a posição do C.D.S., o eleitorado irá colocar uma barreira definitiva às pretensões do P.C.P. alimentadas por alguns dirigentes do P.S.D. e do P.S. de regressar ao Governo central do País, para continuar a arruiná-lo.»

«Os candidatos do C.D.S., portadores de uma doutrina clara e rica, como é a Democracia Cristã, comprometem-se a tentar resolver os problemas concretos das populações, tornando como objectivos fundamentais o combate à pobreza e a defesa dos mais desfavorecidos.»

«Só a autonomia financeira municipal permitirá que as populações tenham meios de luta próprios para a defesa dos seus interesses.»

«Para maior consistência e garantir melhor apoio à sua acção, promover-se-á a criação de uma associação de dirigentes centristas locais, agrupando quantos tenham sido eleitos por listas do C.D.S. ou como independentes.»

Moção aprovada

Por outro lado, foi aprovada a seguinte moção:

«Recomendam ao grupo parlamentar do C.D.S. que, com urgência, apresente na Assembleia da República um projecto de lei destinada a garantir rigorosa imparcialidade do Governo na atribuição de comparticipações, subvenções ou subsídios às autarquias locais.»

«Solicitam aos órgãos nacionais do C.D.S. que sejam estudadas novas fórmulas de descentralização administrativa e que seja exigida uma urgente reforma das finanças locais, de forma a que uma parte das receitas fiscais geradas nos Municípios sejam utilizadas pelas respectivas Câmaras.»

«Aplaudem a iniciativa do C.D.S. de propor na Assembleia da República a passagem de um Município da freguesia da Amadora e a criação das organizações autárquicas territoriais da



FREITAS DO AMARAL: «O C.D.S. está a caminho, se já não o é, de transformar-se no partido mais bem organizado, eficiente e com maior diálogo interno do País»

Grande Lisboa e do Grande Porto.»

«Consideram indispensável que as comissões administrativas de juntas de freguesia e de Câmaras Municipais prestem rigorosas contas da sua gestão, antes da tomada de posse dos titulares dos órgãos eleitos.»

Comentários aos congressos

Durante a manhã do último dia do Encontro, e à margem dos trabalhos, foram comentados aspectos dos congressos do P.S. e do P.S.D., em especial as declarações de Rui Machete, relacionadas com uma possível aliança com o P.C.P. — o que não pode deixar de constituir, segundo a óptica do C.D.S., um pronúncio de desestabilização do País, com novas tentativas de um Governo de coligação, aberto aos comunistas, e a afirmação de Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, no próprio Congresso, ao admitir que «o socialismo não é para já». Nesse caso, interroga-se o C.D.S., por que está o P.S. no Governo?

Estas duas posições dos partidos em Congresso foram animadamente debatidas.

Relativamente aos trabalhos do Encontro, foi criticada a falta de definições quanto aos poderes que vão ser atribuídos às autarquias locais. Os decretos recentes apenas legislam sobre o processo eleitoral e pouco adiantam sobre as tarefas que os candidatos terão que desempenhar, caso sejam eleitos. Assiste-se, assim, à situação paradoxal dos candidatos às eleições não saberem que missão se propõem cumprir e em que condições.

A este respeito, o C.D.S. quis salientar ter proposto à Assembleia da República

emendas aos referidos decretos rejeitados, aliás sem qualquer alegações. Ao fim da tarde, os jornalistas puderam assistir à leitura das conclusões do Encontro, um extenso documento no qual se procura realçar a importância das próximas eleições.

«Portugal só será para os portugueses quando as comunidades locais tiverem, nas suas mãos, poderes idênticos de participação e decisão como prova de verdadeira autonomia perante as autoridades centrais do País» — lê-se no primeiro ponto das conclusões aprovadas. Os restantes pontos visam criticar, conforme já referimos, o Governo minoritário socialista, no que respeita à formação de câmaras municipais.

Basílio Horta: «Impedir poder central absoluto»

«O nosso partido vê as próximas eleições com fundamental importância» — declarou Basílio Horta poucos momentos após a sua intervenção no Encontro, acrescentando que as eleições se revestem de importância para o País, importância para o Governo e para o próprio partido.

Os três pontos foram, aliás, os temas debatidos na sua intervenção, tendo-se analisado a primeira fase do processo eleitoral, terminado no passado dia 30 com a entrega das candidaturas. Fez também a análise do que vai ser a pré-campanha do partido e, depois, a própria campanha eleitoral. Basílio Horta salientou que foi verificado que a subida do partido em relação às últimas eleições é notável:

«Nós aparecemos a cobrir mais de 95 por cento do eleitorado, com listas próprias. Conseguimos mobilizar mais de 30 mil pessoas nas nossas listas. Isto é uma prova de

grande vitalidade, força e organização.»

Referindo-se aos aspectos políticos tratados até ao momento, Basílio Horta sublinhou a faceta de oposição que o C.D.S. representa em relação ao Governo e a alternativa que constitui, alternativa democrática mas não socialista.

Foi ainda salientado na primeira parte dos trabalhos, que a descentralização indispensável não é ainda possível, porquanto o Governo foi parco na concessão de poderes às autarquias. Contudo, será o povo a conquistar essa descentralização através do que o C.D.S. espera ser uma grande mobilização e frequência às urnas, o que vai significar que o poder das autarquias locais diz alguma coisa às populações, para a reconstrução do País.

Pensa o C.D.S. que pode ser reforçada a liberdade das populações e impedida a consolidação de um poder central absoluto que certamente o Governo tinha (como socialista e como adepto da planificação central), tinha — e tem — em vista, quando limita o poder das autarquias.

A participação dos convidados estrangeiros foi explicada como sendo uma colaboração valiosa de pessoas que têm grande experiência de organização concelhia.

Basílio Horta chamou a atenção para a importância da formação de gestores das autarquias locais. Não chega eleger candidatos, é preciso prepará-los para saberem responder às solicitações que os esperam. Neste campo, a experiência dos representantes europeus pode ser muito valiosa.

Entre os convidados estrangeiros destacavam-se a senhora Sheila Robert, da Câmara de Londres e membro do Partido Conservador britânico. Os restantes convidados são todos ligados às autarquias dos respectivos países, Alemanha, França e Áustria.

Povo Unido analisa bases de política municipal

UM balanço da actividade desenvolvida até ao presente momento, foi o objectivo principal da reunião da comissão nacional da Frente Eleitoral Povo Unido, realizada no último sábado. Segundo um comunicado distribuído antes de ontem no continente foram apresentadas listas para todas as câmaras e assembleias municipais e para cerca de mil trezentas e cinquenta assembleias de freguesia, das quais cerca de duas centenas «promovidas por grupos de cidadãos eleitores».

Mais adiante o documento informa que nas «regiões autónomas dos Açores e da Madeira (...) é de salientar que, apesar do clima antidemocrático a que os caciques reaccionários submetem as populações, foi possível apresentar candidaturas para 15 assembleias municipais e 14 câmaras municipais, em 15 dos 30 concelhos».

No total são quase 25 mil os candidatos propostos pelo «Povo Unido», sendo ainda salientada a «diversificação social e política» na composição das listas.

A terminar, o comunicado da frente afirma que «com vista à actuação futura, foram expostos e apreciados o conteúdo e âmbito da Frente Eleitoral Povo Unido e analisadas as bases e as linhas de política municipal e local propostas pela frente ao povo português, que serão brevemente tornadas públicas, assim como a lista dos democratas e antifascistas que compõem a comissão nacional».

Desmentido do P.S.

OS delegados do Sul ao congresso do Partido Socialista desmentiram uma informação difundida pela radiodifusão de que o P.S. «concorreria no Sul do País a todas as assembleias de freguesias, assembleias municipais e câmaras municipais utilizando, na maior parte das suas listas, elementos filiados no P.S.D./P.P.D. e C.D.S.».

A posição dos delegados do Sul sublinha que se trata «de uma notícia tendenciosa, feita para denegrir a coerência política do nosso partido, na mira de reduzir o nosso apoio eleitoral».

Por isso, «repudiam aquelas afirmações e exigem do referido órgão de comunicação social a sua rectificação, pois nas nossas listas entram somente camaradas nossos e alguns independentes, sem filiação partidária».

G.D.U.P.—Teotónio Pereira e Luís Moita

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA e Luís Moita e a rã o candidatos dos Grupos Dinamizadores da Unidade Popular (G.D.U.P.), respectivamente para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa. Em reunião havida na noite de domingo passado, entre a Comissão Nacional Provisória da Unidade Popular (C.N.P.U.P.) e as direcções distritais dos G.D.U.P., foi efectuado o balanço das candidaturas apresentadas, sendo de prever, ainda hoje, a emissão de um comunicado contendo as listas completas.

Sabe-se, entretanto, que Alves Costa (filho) será o «cabeça de lista» dos G.D.U.P. para a Câmara Municipal do Porto, enquanto o advogado Mário Brochado Coelho é o primeiro na lista para a Assembleia Municipal para aquela cidade. Em Setúbal, o deputado da U.D.P., Acácio Barroiros, lidera a candidatura para a câmara, e José Afonso é o primeiro nome para a Assembleia Municipal.

Os G.D.U.P. não concorrem à Assembleia Municipal de Coimbra, apresentando, contudo, candidatos para a Câmara Municipal. O primeiro indigitado é o militante sindicalista da indústria hotelária, João de Castro.

Luís Barreto (técnico da Celnorite) e Luís de Brito (professor) são os dois primeiros nomes apresentados pelos G.D.U.P. para a edilidade de Viana do Castelo. Em Guimarães, as listas são encabeçadas respectivamente por Romeu Barroso (psicólogo da Coelho) e Sotúndino Ferreira (operário da indústria de lâmpadas e militante sindicalista).

Militantes do P.P.M. em listas do P.S.D. e C.D.S.

O Partido Popular Moitânico divulgou um comunicado para esclarecer a sua posição perante as eleições para as autarquias locais. Segundo o P.P.M., «algumas listas propostas pelo P.S.D. ou pelo C.D.S. incluem elementos do P.P.M. Nesses casos, que oportunamente serão expressamente divulgados, o P.P.M. apoia essas listas».

O P.P.M. afirma ainda que apresentará listas próprias com o objectivo de «insistir nos pontos essenciais da sua doutrina comunalista».

M.R.P.P.—1378 candidatos no distrito de Lisboa

O M.R.P.P. apresentou 1378 candidatos no distrito de Lisboa, distribuídos por 75 freguesias (abrangendo 79,5 por cento do eleitorado) e 11 Câmaras Municipais, que abrangem 98 por cento do eleitorado total, segundo revela um comunicado daquele partido. Embora ainda não possua os dados referentes a todas as candidaturas que apoia, o M.R.P.P. adianta que apresenta listas na maioria dos distritos do País. Designadamente, no de Setúbal, concorre em 9 Câmaras Municipais, 5 Assembleias Municipais e 13 Freguesias. Fernando José Mendes Rosas, director do «Luta Popular», é cabeça da lista para o executivo lisboeta.

No Porto, esta posição é ocupada por António José Fonseca. Entretanto o comité jurídico do M.R.P.P. emitiu um extenso documento em que acusa o P.S. e o P.C.P., que engloba na designação de «antissimã aliança» de elaborar e alterar a lei eleitoral em proveito próprio e crítica a actuação do comandante Costa Correia, director do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais. A Comissão Nacional das Eleições é igualmente visada pelo comunicado do M.R.P.P.

M.S.D. desiste das eleições

O Movimento Social Democrata (M.S.D.) decidiu, «embora utilizando uma importante soma de trabalho e de sacrifício dos seus militantes, reconeçar todo o processo de legalização do nosso partido, com outro nome, o que, como é óbvio, impedia de imediato a sua participação nas eleições das autarquias locais».

Em comunicado distribuído aos órgãos de informação, o M.S.D., que se afirma «respeitoso das decisões judiciais, mesmo quando com elas não concorde», declara, a propósito da decisão do ex-P.P.D. alterar a designação para P.S.D., «não quer discutir questões de sigla, que considera perfeitamente secundárias, perante o que é essencial: a prática política».

Depois de dirigir um apelo a todos os cidadãos que assinaram o pedido de registo no Supremo Tribunal de Justiça no sentido de voltarem a assinar novo documento, o M.S.D. revela que a comissão nacional organizadora do partido decidiu que este se passaria a chamar Partido do Movimento Social-Democrata.